

Réplica

Diretoria da AMP/RS encara antigos e novos desafios em 2013

LEIA TAMBÉM:

Entrevista:
Lênio Streck


PÁGINA 3

Campanha contra a PEC 37
é lançada em Brasília

PÁGINA 5

Masters são campeões do Torneio Nacional
de Futebol Society em Caldas Novas

PÁGINA 9



Neste ano que começa, a AMP/RS deseja aos associados muita saúde, êxito em cada projeto e a realização de sonhos. Feliz 2013!

Reafirmando compromissos

Recebemos, no final de novembro, a chancela da classe para conduzir a AMP/RS por mais uma gestão. Empossada para novo mandato, a diretoria da entidade embarca para mais dois anos representando os interesses dos colegas com o mesmo entusiasmo e a mesma disposição de sempre frente aos desafios e aos avanços que se fazem, permanentemente, necessários e inevitáveis.

Temos a convicção de que já avançamos enormemente ao longo de nossa história associativa. Mas não nos cabe o direito de parar no tempo. E muitos novos dilemas se sobrepõem a cada dia. É para essa jornada que convidamos a todos. Um percurso que não se esgotará em dois anos, nem em outros tantos, pois o Ministério Público vive em permanente evolução.

Mas essa trilha, pela qual a caminhada nos motiva e revigora a cada dia, apresenta flores e espinhos. E ambos aceitamos com altivez. Nos movimentos bem-sucedidos e nas armadilhas que se nos apresentam, já nem tão surpreendentemente, buscamos força e crescemos como grupo, unido e sólido.

O momento presente desafia-nos, enquanto membros da Instituição, a combater ferrenhamente uma causa espúria, gestada nos bastidores da política com único foco em, tolhendo-nos em nossas atribuições investigatórias, campear livremente nas searas da improbidade, da corrupção e de tantos outros tipos de crime. Mas nosso front vai além do enfrentamento à PEC 37, a PEC da Impunidade. Encaramos, há anos, sérias dificuldades na recuperação de perdas remuneratórias. E o cenário mostra-se, ainda, obscuro, por conta do já conhecido corte no orçamento da Instituição para o exercício de 2013, aliado à rejeição social a qualquer movimento do servidor público em busca da justiça no recebimento de seus proventos.

Há grande esforço a ser feito. Mas temos, juntos, energia e perseverança. Sigamos, pois, unidos e fortes.

Vencedores do Projeto Conhecendo o Ministério Público são premiados

A segunda edição do projeto Conhecendo o Ministério Público premiou, neste ano, 50 jovens estudantes gaúchos que, de diferentes formas, manifestaram suas percepções e expectativas sobre a Instituição. Foram 12 trabalhos, selecionados entre 48 peças produzidas por estudantes do Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada de todo o Estado. As premiações foram entregues diretamente nos estabelecimentos onde estudam os vencedores, mobilizando membros da classe, educadores e representantes de outros segmentos. O projeto foi desenvolvido pela AMP/RS, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça. O patrocínio foi da AMP/RS, FMP, Sicredi-MP e Vivo.

Coordenada pela vice-presidente social da Associação, Guacira Almeida Martins, a iniciativa foi concebida com o objetivo de aproximar o Ministério Público e seus membros da comunidade escolar. “Nestes dois anos, estreitamos a relação com esse público, estendendo o projeto a todas as escolas, estaduais, municipais ou particula-

res, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, do Rio Grande do Sul, incluindo-se, ainda, a Fundação de Assistência Sócio-Educativa (FASE). Ainda há muito a ser feito, mas demos um grande passo”, disse Guacira.

Entre outubro e novembro, os estudantes que conquistaram 1º e 2º lugares, nas categorias individual e coletivo, foram homenageados pela AMP/RS em Porto Alegre, Uruguaiana, São Gabriel, Santo Ângelo e Giruá.

Um dos símbolos do sucesso do projeto é o vídeo *Só uma chance*, produzido por alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Senador Pasqualini, da Capital, que conquistou o 1º lugar na categoria coletivo entre as escolas da FASE. Durante a premiação, o presidente da Associação, Victor Hugo Azevedo, conversou com a garotada. “O promotor de Justiça não é só aquele que comparece às audiências sobre os casos individuais de vocês. Ele pode, também, ser o que fiscaliza as escolas onde estudam, que exige do Estado proporcionar melhores condições de vida a todos”, disse.

ENSINO FUNDAMENTAL INDIVIDUAL

1º Lugar: Carolina de Oliveira Soares E.M.E.F. Marechal Deodoro – São Gabriel
2º Lugar: Andressa dos Santos Taube Escola Municipal São Pedro – Giruá

ENSINO FUNDAMENTAL COLETIVO

1º Lugar: Aline Scheidegger; Bárbara Franzen; Barbara Petersen Rosa; Elizabeth Mello e Silva; Luísa Jansen; Giovanna Baccin e Maria Augusta Fait Galbinski Colégio Farroupilha, unidade Tenente Coronel Correia Lima – Porto Alegre
2º Lugar: Daniel Costa Gonçalves; Leonardo Moreira Weber e Ruam de Oliveira Boscani E.E. Prof. Sueni Goulart Santos – São Gabriel

ENSINO MÉDIO INDIVIDUAL

1º Lugar: Luís César do Amaral Júnior E.E.E.M. Unírio Carrera Machado – Santo Ângelo
2º Lugar: Matheus Ferreira de Santana Colégio Batista – Porto Alegre

ENSINO MÉDIO COLETIVO

1º Lugar: Carolina Vinholi; Christopher Burin; Grazielle Ferrarezi; Leonardo Fagundes; Luciani Dupont Soares;

Luiz Diego Kihs Brum; Mateus Cibils Becker; Roger Magnus; Thais Carneiro e Vinicius Couto Col. Est. Florinda Tubino Sampaio – Porto Alegre

2º Lugar: Amanda Ravasi; Elizamara Arend; Jéssica Volk; João Vitor Farinha; Lara Letícia Medina; Letícia Ravasi; Matheus Müller; Rafaela Baldissera e Vitória Martins E.E. João Pedro Nunes – São Gabriel

FASE INDIVIDUAL

1º Lugar: Patrick Valdoir Cardoso Padilha E.E.E.F. Com. Dolores Cunha – Uruguaiana
2º Lugar: Alex Sander da Silva Melo E.E.E.F. Com. Dolores Cunha – Uruguaiana

FASE COLETIVO

1º Lugar: Esediel Jaderson Fragata dos Santos; Felipe Bernardino de Lima; Felipe Soares Silva; Jean dos Santos Moraes; Lucas da Silva Pedro; Puan Gledson Duarte; Rodrigo Mariano Pereira; Romário Luís Lappe Machado; Ronaldo Lappe Machado e Willian Pereira da Silva E.E.E.F. Senador Pasqualini – Porto Alegre
2º Lugar: Anderson Nunes Brasil, Jesus Eduardo Alves da Silva, Vinicius Lima, Filipe Santiago e Michel do Canto Alves E.E.E.F. Com. Dolores Cunha – Uruguaiana



EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (AMP/RS)

Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto • Vice-presidentes: Sérgio Hiane Harris, Alexandre Sikinowski Saltz, Caroline Vaz e Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco • Coordenação e edição: Claudio Medaglia Jr. – MTb 7608 (imprensa@amprs.org.br) • Produção e Execução: Publicato Editora Ltda. • Diretor Editorial e de Criação: Vitor Mesquita • Diretora de Criação e Atendimento: Andréa Costa (andrea@publicato.com.br) • Projeto Gráfico: Rose Tesche • Tiragem: 1.500 exemplares • Distribuição dirigida para os integrantes da AMP/RS – Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 • CEP 90050-191, Porto Alegre/RS, (51) 3254.5300 – www.amprs.org.br.

Como assim, “prisão é só para quem precisa”?

Crítico contumaz das disparidades sociais no Brasil e do impacto sobre a estrutura de segurança e justiça, o procurador Lênio Luiz Streck produziu, recentemente, mais um forte artigo, no qual analisa os desdobramentos do julgamento do Mensalão e as penas aplicadas aos condenados. No texto intitulado Como assim, “prisão é só para quem precisa”?, Streck avalia os critérios e a legitimidade do resultado final. Interpreta as posições dos ministros do STF e levanta uma dúvida sobre a linha a ser adotada em futuros julgamentos. Para ele, a condenação de réus da chamada elite “é um bom sinal, desde que isso não signifique fragilizar os direitos de defesa”.

Réplica: Em seu artigo intitulado Como assim “prisão é só para quem precisa”?, publicado em diversos espaços especializados na área do Direito, o senhor analisa os desdobramentos do Julgamento do Mensalão no STF. Houve justiça no resultado produzido pela Justiça?

Lênio Luiz Streck: Em alguns aspectos, sim, em outros, não. Por exemplo, para a análise de alguns crimes, o STF supervalorizou indícios e presunções. Isso acarretará efeitos colaterais no futuro, nas instâncias inferiores do judiciário. Já em outros, como no caso do publicitário Duda Mendonça, o STF se equivocou, ao desconstituir o crime de evasão de divisas com base em uma Circular do Banco Central.

Réplica: As condenações tiveram consistência legal, ou o “senso de justiça” dos ministros driblou as janelas pró-réu existentes na legislação para dar uma satisfação à sociedade?

Lênio: Os dois. Houve consistência legal e também houve componentes exógenos, visando a dar satisfação à opinião pública. Nesse aspecto, teremos que ver como o STF se comportará no futuro. Se para todos os réus do “andar de cima” ele agir assim daqui para a frente, é porque o Tribunal abriu uma nova linha de apreciação de provas. Claro que isso terá desdobramentos. Até mesmo os livros de direito deverão ser alterados. Como se dizia desde há muito, uma simples decisão judicial da Suprema Corte derruba uma biblioteca.

Réplica: O senhor diz que o Direito Penal é um problema. E questiona a legitimidade de quem o concebeu. Vivemos, então, uma crise ética e moral por parte do legislador?

Lênio: Sim, o direito penal é um problema. Principalmente no Brasil, em que, historicamente o direito penal foi utilizado para criminalizar a pobreza. Mas cada país tem o direito penal que escolhe e que merece. Enquanto os crimes do colarinho branco continuarem a



ser tratados de forma benevolente ou menos dura do que os demais crimes contra o patrimônio, teremos esse fosso na aplicação da lei. Lavagem de dinheiro e furto qualificado tem quase a mesma pena. Escândalo. Além disso, paradoxalmente, incentivamos a sonegação de tributos, na medida em que a legislação autoriza que o sonegador pague o valor sonegado e, com isso, livra-se da punição. Quero ver fazerem isso para o furto. Claro que pobre não sonega. E ricos não furtam. Compreende?

Réplica: Se, neste caso, não foram os descalços os picados pela serpente, é possível esperar uma mudança de visão dos tribunais brasileiros sobre o conceito de justiça?

Lênio: Sim, no caso do Mensalão, os picados não foram os membros da patuleia. É um bom sinal, desde que isso não signifique fragilizar os direitos de defesa. Quem é a favor da flexibilização das garantias o é só para os outros. Tenho a certeza de que, para si e seus parentes, quer todas as garantias. O que tem de mudar é a visão dos juristas sobre o papel do direito penal e

não ficar vibrando com “julgamentos por vezes populistas”. E também tem de mudar o olhar sobre o sistema prisional. A Folha de S. Paulo e alguns juristas de escola andaram dizendo que “prisão é só para quem precisa”. Nesse conceito estariam apenas os crimes violentos. A corrupção, não. Como assim, pergunto? Colarinho branco é tão ou mais violento nos resultados e consequências do que os demais. Isso é farisaísmo. Quando o Ministro da Justiça diz que se mataria se fosse preso, é porque o sistema colapsou. Sugiro que o Ministro não faça isso. Apenas construa presídios. Limpos. Seguros. São hoje tão importantes quanto as escolas. Há um direito fundamental à segurança pública. E há um direito a um governo honesto. Uma palavra final: temos que apostar mais na responsabilidade de quem comete o crime. Essa história de “que tudo é culpa da estrutura”, etc é uma vulgata rousseauiana. No jogo entre Rousseau e Hobbes, aposto no segundo. O homem é mau. E deve ser contido. A questão é: devemos tentar conter o gozo da sociedade. Mas sem sermos tirânicos, certo?

Aumento da alíquota previdenciária volta a ser derrubado na Justiça



O funcionalismo público estadual obteve, em novembro, nova vitória na longa disputa judicial travada desde o ano passado com o Executivo gaúcho acerca dos índices de contribuição previdenciária. Em sessão realizada no dia 12 daquele mês, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça concedeu a liminar pleiteada pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública na ADI que questiona a legalidade das leis complementares 82/12 e 83/12. Os textos, aprovados pelo Legislativo em 5 de junho, instituíram aumento na alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 13,5% para servidores e pensionistas.

Com a decisão, com 14 votos favoráveis entre os 25 possíveis, o Judiciário reforça a solidez dos argumentos defendidos pelas entidades representativas do funcionalismo. Conforme o presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, algumas irregularidades verificadas nas leis anteriormente rejeitadas pelo TJ repetiram-se nos novos textos. “Como havíamos alertado desde o processo legislativo, ainda subexistiam resquícios de inconstitucionalidade na providência adotada pelo governo. Foi sonogado aos parlamentares o direito à apreciação de um estudo atuarial, que só sobreveio posteriormente. Igualmente, a inconsistência desse estudo foi apontada pela União Gaúcha”, disse.

O dirigente observou, ainda, que, no modelo definido pelo Executivo, as leis em questão apenas fortalecem a ideia de que os recursos arrecadados com o aumento da contribuição previdenciária seriam utilizados para atender

à necessidade de caixa do governo, e não solucionariam o problema.

O mérito da ADI deverá ser julgado na abertura do ano jurídico de 2013 do Tribunal de Justiça. A União Gaúcha acompanha o desenrolar do caso e aguarda a definição da data em que a questão será apreciada pelos desembargadores no Órgão Especial.

POLÊMICA COMEÇOU AINDA EM 2011

A discussão em torno do aumento no percentual da contribuição previdenciária arrasta-se desde o início de 2011, quando o governo, recém-eleito, começou a dar sinais de que pretendia alterar o índice de recolhimento. Por meses o tema foi debatido no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que em seu relatório apontou os riscos de inconstitucionalidade e sugeriu alternativas. Desconsiderando o parecer, o governador Tarso Genro encaminhou o projeto ao Legislativo em regime de urgência. O texto foi aprovado em sessão polêmica que só terminou no amanhecer de 29 de junho.

A partir daí, a União Gaúcha passou a se mobilizar para a judicialização do tema, que ocorreu em 26 de setembro, através de ADI contra dois artigos das leis complementares que fixavam em 14% o valor da contribuição, mas incluíam redutores, beneficiando servidores com diferentes faixas de vencimento. No dia 7 de maio de 2012, o Órgão Especial do TJ confirmou, por unanimidade, a inconstitucionalidade dos artigos questionados.

Comissão da AMP/RS auxilia na formatação do novo Código Penal

Dezenas de propostas ao projeto de lei do novo Código Penal já foram encaminhadas ao relator, senador Pedro Taques, pela comissão formada no âmbito da AMP/RS com o objetivo de aperfeiçoar o PLS 236/2012. O grupo, presidido pelo procurador de Justiça Mauro Henrique Renner e formado, ainda, pelos promotores Mauro Fonseca Andrade, Ana Lúcia Ciocari Azevedo e Luciano Vaccaro, está empenhado em produzir um texto capaz de melhorar o conteúdo original, adequando-se às normas constitucionais e às decisões jurisprudenciais consolidadas pelos Tribunais Superiores.

Recentemente, por solicitação do presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, ao senador Sosé Sarney, a tramitação do projeto foi suspensa no Congresso Nacional para aprofundamento dos debates e maior exame da matéria. A suspensão empurra os prazos para 2013, oportunizando uma análise mais profunda pela comissão e por parte de todos os membros do Ministério Público, que poderão participar e encaminhar suas sugestões. Mauro Renner destaca a importância de os colegas participarem dessa fase inicial da formatação do projeto de lei, louvando-se da experiência acumulada no dia a dia da Promotoria/Procuradoria para que surja um Código Penal sintonizado aos verdadeiros interesses de toda a sociedade brasileira.

Ministros do STF e PGR têm reajuste aprovado no Senado

A partir da aprovação, pelo Senado Federal, dos projetos de lei complementar que tratam do subsídio do procurador-geral da República e dos ministros do STF, o tema avança também no Estado. No âmbito do MP gaúcho, a matéria já foi objeto de exame pelo Colégio Colégio de Procuradores, que autorizou o procurador-geral de Justiça a encaminhar à Assembleia Legislativa projeto de lei estabelecendo o reajuste dos subsídios dos membros da Instituição nos mesmos índices e prazos previstos na legislação federal. Em janeiro, os ministros e o PGR receberão R\$ 28.059,29, com novo reajuste em 2014. Em 2015, os valores serão de R\$ 30.935,36.



Ministério Público lança em Brasília movimento nacional de enfrentamento à PEC da Impunidade

O apoio popular é a meta a ser alcançada pelos membros do Ministério Público, em todo o país, para conseguir pressionar e sensibilizar o Congresso Nacional a sepultar de vez a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 de 2011. É com essa tarefa que foi lançada, em dezembro, uma campanha nacional contra a chamada PEC da Impunidade.

A solenidade, realizada na sede do Ministério Público Militar, em Brasília, teve a participação de diversos parlamentares da Câmara e do Senado, engajados na proposta de defesa das prerrogativas ministeriais para atuar na investigação de crimes. Após o ato, uma comitiva levou ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT/RS) a Carta de Brasília, um documento no qual são elencados os perigos que a PEC oferece à democracia e à justiça, se for aprovada.

De autoria do deputado federal e delegado de polícia maranhense Lourival Mendes (PT do B), a PEC foi aprovada, em substitutivo, pela Comissão Especial da Câmara Federal e irá a votação no plenário em 2013. Antes, porém, terá de enfrentar a força articulada do MP em todos os Estados brasileiros, que passam a se mobilizar em diferentes estratégias para evidenciar os interesses que se escondem por trás da proposta. Pelas redes sociais, mídia impressa, rádio e TV, a campanha vai às ruas.

Na apresentação do movimento “Brasil contra a Impunidade – Não à PEC 37 – Campanha em defesa do poder investigatório criminal do MP e de outras Instituições”, estiveram presentes procuradores-gerais de Justiça, representantes das Associações Nacional e Estaduais do Ministério Público, do CNMP e de outras entidades parceiras. Pelo Rio Grande do Sul, o vice-presidente da AMP/RS Sérgio Harris e o chefe do Ministério Público, Eduardo de Lima Veiga.

PROPOSTA É UMA RETALIAÇÃO AO MP

Preocupado com a tramitação da PEC no Congresso, Harris advertiu. “Por mais absurdo que possa parecer, existe o risco real de aprovação da PEC 37. Não adianta pregar dentro de casa. Precisamos nos comunicar cada vez mais com aqueles que não possuem ainda o conhecimento do verdadeiro significado da aprovação de tal emenda constitucional. Não se trata de uma luta corporativista. A Polícia não é a nossa inimiga. Parte dela é, inclusive, contra a proposta. Os mentores da ideia estão se utilizando da pouca visão de uma parcela de policiais para retaliar, escondidos, o Ministério Público, em função de seus acertos na área penal e de improbidade administrativa.”

Ao entregar a Carta de Brasília, o presidente da Conamp, César Mattar Jr., ressaltou que o diálogo está aberto para discussão de assuntos nacionais e não apenas sobre a PEC 37. “A Conamp tem se empenhado na luta contra a proposta e não tenho dúvidas quanto ao apoio da presidência da Câmara”.

No evento de lançamento da campanha, foram muitas as manifestações oriundas do Parlamento em defesa do poder de investigação do MP. Crítico ferrenho da PEC 37, o deputado federal Vieira da Cunha (PDT/RS) foi direto: “Essa PEC não deveria ter sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça por ser contra o texto constitucional. Essa é uma luta para enfraquecer o MP. Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988 há inconformados com o poder concedido ao MP”, ressaltou.

O senador Pedro Taques (PDT/MT) questionou o propósito da PEC. “A quem interessa limitar o poder investigatório do MP? Interessa àqueles que não querem o país livre de corrupção. Todos investigam no Brasil. O Executivo, o Judiciário e outros órgãos investigam. O MP é importante para a consolidação do Estado Democrático de Direito”. Os deputados Alessandro Molon, Lelo Coimbra e Ivan Valente, além de outros membros do Congresso Nacional aderiram ao movimento.

Diretoria da AMP/RS reafirma compromisso de lutas em cerimônia de posse para seu segundo mandato

Um resgate dos ideais que pautaram os dois primeiros anos de gestão à frente da AMP/RS e a reafirmação do compromisso de lutas em defesa da classe e da Instituição foram a síntese do discurso do presidente Victor Hugo Azevedo na solenidade de posse para seu segundo mandato. No evento, realizado na sede do Ministério Público, em Porto Alegre, o dirigente reeleito com 93,5% dos votos válidos agradeceu a confiança dos colegas, mas alertou para a necessidade de reflexão sobre o delicado momento institucional.

Referindo-se ao avanço na tramitação da PEC 37 no Congresso Nacional, lembrou que a atuação do MP contribuiu mais para colecionar desafetos e adversários do que para angariar aliados. “Antes mesmo de nos livrarmos definitivamente do projeto de lei batizado popularmente de Lei da Mordaça, ou Lei Maluf, já surge no horizonte institucional, entre outras de similar potencial ofensivo, a PEC 37, cujo desiderato não é outro senão a tentativa de dificultar ou embaraçar o pleno exercício das funções ministeriais colacionadas na Carta Política de 1988. As conquistas institucionais do MP jamais foram tão contestadas como nesses últimos anos. Pagamos por nossos eventuais equívocos e excessos, e o que é pior: pagamos muito caro por nossos inúmeros e inegáveis acertos”.

CONVOCAÇÃO AOS COLEGAS

A fala de Victor Hugo foi uma conclamação para que a classe siga unida e alerta contra movimentos que tentam reduzir as atribuições e prerrogativas institucionais. O dirigente apontou as consequências de um movimento de “satanização do serviço e do servidor público”, o que dificulta a negociação de qualquer demanda remuneratória, e criticou o corte no orçamento do Ministério Público para o próximo ano, estabelecido pela Assembleia Legislativa. “Temos a certeza, eu e todos os integrantes da diretoria e do Conselho de Representantes, que a tarefa que nos foi confiada restará sempre inconclusa. Nos empenharemos com todas as nossas forças para fazer a nossa parte. Mas queremos contar com cada um dos senhores nessa caminhada”, finalizou.

Ao final da solenidade, os convidados foram recebidos em um coquetel servido no foyer do Auditório Mondercil Paulo de Moraes, onde ocorreu o evento.



A COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto
Vice-presidente administrativo e financeiro: Sérgio Hiane Harris
Vice-presidente de núcleos: Alexandre Sikinowski Saltz
Vice-presidente social: Caroline Vaz
Vice-presidente dos aposentados: Nilson Ubirajada da Rosa Pacheco
Secretário: Márcio Emílio Lemes Bressani
Tesoureiro: André Fernando Janson Carvalho Leite

CONSELHO DE REPRESENTANTES:

Titulares:

Ana Maria Schinestsck
 Cláudio Barros Silva
 Gilberto Antônio Montanari
 Ivan Saraiva Melgaré
 Reginaldo Freitas da Silva

Suplentes:

Frederico Carlos Lang
 Maria Augusta Menz
 Sérgio Luiz Nasi





Conamp e chefia do MP prestam homenagem ao dirigente reeleito

Diversas autoridades, representantes de entidades, membros da classe, colegas e familiares acompanharam a cerimônia. Na mesa diretora, estavam o procurador-geral de Justiça, Eduardo de Lima Veiga; o presidente do Tribunal de Justiça Militar, João Vanderlan Rodrigues Vieira; o corregedor-geral do MP, Armando Antônio Lotti; o presidente da FMP, Mauro Luís Silva de Souza; o deputado federal Vieira da Cunha, representando a Câmara dos Deputados; o presidente da Conamp, César Mattar Jr.; o procurador geral-adjunto do Estado, Paulo Roberto Basso, representando o governo do Estado; o presidente do TCE, Cezar Miola; o desembargador Ricardo Moreira Lins Pastl, representando o Tribunal de Justiça; o deputado estadual Pedro Westphalen, representando o Legislativo gaúcho; e o procurador-geral do MP Especial junto ao Tribunal de Contas, Geraldo Da Camino; além do presidente da AMP/RS.

Na plateia, os subprocuradores-gerais de Justiça Daniel Rubin, Marcelo Dornelles e Ivory Coelho Neto; a chefe de Gabinete do MP, Isabel Barrios Bidigaray, o ouvidor do MP, Luiz Cláudio Varela Coelho; a vice-presidente cultural da Ajuris, Maria Lúcia Boutros Buchain Zoch Rodrigues; o subcorregedor-geral do MP, Ruben Abruzzi; e o representante do chefe de Polícia, delegado Adalberto Abreu Oliveira. Ainda, representantes da Associação Catarinense do MP, das secretarias estaduais de Justiça e Direitos Humanos e da Segurança Pública, entre outros órgãos e entidades.

Durante o ato, o dirigente da AMP/RS foi homenageado nas falas do chefe da Instituição e do líder nacional da classe. César Mattar Jr. destacou a parceria e a dedicação de Victor Hugo, que também é vice-presidente da Conamp, à causa do Ministério Público. Ao referir-se ao papel institucional, lembrou a forte ligação com os anseios das comunidades. “Temos trabalhado muito, mas as conquistas até o momento alçadas, como as garantias escritas na Carta de 1988, são permanentemente colocadas a prova. Emudecer o promotor, calar o procurador é suprimir da sociedade um dos mais legítimos instrumentos de controle da transparência, em especial na administração pública”, disse Mattar, referindo-se à PEC 37.

Eduardo de Lima Veiga, por sua vez, citou o artigo primeiro do estatuto da Associação para destacar o papel da entidade de classe no contexto de seus membros e da Instituição. “A Associação do Ministério Público tem o objetivo de congregar e defender os membros do MP e seus associados. Antes de tudo, a associação tem a função de alinhar as agendas, conciliar a função dos membros do MP com os interesses da sociedade, para o que é imprescindível a participação ativa nas grandes discussões que envolvem os temas nacionais”.

Veiga também criticou a aprovação da PEC 37, em comissão especial da Câmara dos Deputados. “A República se aprimora ou se deteriora com a aprovação da PEC da Impunidade? O Estado Democrático de Direito se impõe ou se ajoelha com a PEC da Impunidade? Os homens de bem sentem-se encorajados ou envergonhados com a PEC da Impunidade?”, questionou. Ao concluir, destacou que a missão da diretoria da AMP/RS é difícil, complexa e infundável. “Mas eu, pessoalmente, como associado, fico tomado de tranquilidade, confiança e coragem na sua companhia e na dos colegas que o acompanham nessa nova gestão”.

Inspirado em Noel

CLÁUDIO BRITO*

Noel Rosa me inspira a escrever sobre o tema candente desses dias. Falo da PEC 37, de seus avanços no processo legislativo e dos riscos que isso representa. Foi o consagrado e incomparável compositor quem disse:

**“Quem é você, que não sabe o que diz?
Meu Deus do céu, que palpíte infeliz...
Salve Estácio, Salgueiro e Mangueira...
Oswaldo Cruz e Matriz,
Que sempre souberam muito bem,
Que a Vila não quer abafar ninguém,
Só quer mostrar que faz samba também!”**

Do mesmo jeito que os palpites infelizes citados pelo poeta de Vila Isabel, vários analistas precipitaram-se em defender a proposta de emenda constitucional sob o argumento de que, não sendo assim, o Ministério Público vai se apoderar da investigação, assumir todos os inquéritos e acabar

com a autoridade dos Delegados de Polícia. Nada disso. Tal como a Vila, “o Ministério Público só quer mostrar que investiga também”. Também, essa é a palavra mais adequada para traduzir a pretensão ministerial. Os promotores querem continuar exercendo em plenitude as atribuições conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica, diplomas que, por óbvio, alcançaram ao Ministério Público prerrogativas indispensáveis. Algumas delas, como a inamovibilidade, deveriam se estender a outros órgãos da persecução penal. Há muitas carreiras de Estado que bem poderiam ter recebido a mesma garantia. Seriam independentes. Melhores resultados seriam alcançados, em favor da sociedade, por certo.

Há poucos dias, no Rio de Janeiro, dezenas de policiais militares e até um comandante de batalhão foram presos em conclusão de uma ação conjunta de promotores, delegados e corregedores da PM. Havia meses que, em regime de força-tarefa, concatenados e em harmonia, vários órgãos investigavam as ligações espúrias entre aqueles maus servidores e uma qua-

drilha de traficantes. Atividade organizada para enfrentar o crime organizado. Sem dificuldades. O que cabia a cada instituição foi cumprido. Instauraram-se inquéritos policiais, civis e militares, além de expedientes investigatórios pelo Ministério Público. Agora, presos preventivamente os principais envolvidos, promotores oferecerão as denúncias pertinentes. Seria impossível que assim ocorresse, tivéssemos já o regime pretendido pela PEC 37.

Tenho visto bravos brasileiros defendendo a emenda, mas me permito advertir que estão enganados. Processualistas de nomeada esclarecem que a ninguém se deve entregar a exclusividade da atribuição de investigar. Quanto mais se puder pesquisar, indagar, perquirir e examinar, obedecidas as garantias fundamentais e outros limites constitucionais, mais perto estaremos da verdade real. Em nome da verdade é que devemos impedir a aprovação da PEC 37. Outra postura será apenas um palpito infeliz.

**Promotor de Justiça aposentado e jornalista*

Semanas do Ministério Público movimentam o Estado

As tradicionais Semanas do Ministério Públicos seguiram firmes no segundo semestre de 2012. Foram cinco encontros – em Santa Cruz do Sul, Lajeado, Rio Grande, Capão da Canoa e Canela. Em todos os locais, a atualidade e a pertinência dos temas foram a referência para a definição das programações e para a escolha dos painelistas.

Em Lajeado, o evento abordou a drogadição na infância e na adolescência



e o projeto de reforma do Código Penal. O evento, realizado na Univates, reuniu acadêmicos de Direito, professores e membros do Judiciário e da classe. Entre os painelistas e debatedores estiveram o pesquisador da Unisinos Rogério Lessa Horta, o subprocurador-geral Marcelo Dornelles, os promotores Pedro Rui da Fontoura Porto, Simone Spadari, David Medina da Silva e Neidemar Fachinetto.

Santa Cruz do Sul abordou “O Profissional do Direito e a Questão Social – Construindo Pontes entre a Cultura e a Lei”. A atividade foi promovida em parceria com a Unisc. Participaram o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Fernando Augusto Mello Guimarães, o promotor Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, o subprocurador-geral Marcelo Dornelles, o deputado federal Osmar Terra e os psicólogos Lucas Neiva e Eduardo Saraiva, além da procuradora de Justiça Velda Dobke, da médica Carmem Fernandes e do professor Italo Sampaio.

Em Capão da Canoa, a V Semana do MP no Litoral Norte reuniu os promotores de Justiça Francisco José Borges Motta, Eugênio Amorim, Karinna Orlan-

di e André Coelho, além do jornalista Cláudio Brito, do juiz de Direito Adalberto Hommerding e do advogado Marcelo Cacinotti. Eles abordaram os desafios ao Ministério Público no século XXI.

No sul do Estado, a IX Semana do Ministério Público no Rio Grande teve com o tema “Diálogos com a Sociedade”. A programação foi aberta pelo chefe do MP, Eduardo de Lima Veiga. Participaram, ainda, o subprocurador-geral Ivory Coelho Neto, a coordenadora do CAO-IJ, Maria Regina Fay de Azambuja, e o promotor José Olavo Bueno dos Passos. No primeiro dia do evento, uma homenagem foi prestada ao promotor Luís Rogério Lima Tavares, falecido em maio.

A agenda encerrou-se em Canela. Na unidade local da UCS, o tema “Ministério Público, Estado de Direito e Sistema de Justiça: Rumo aos 25 anos da Constituição Federal de 1988” foi analisado pelos ex-procuradores-gerais Mauro Renner e Sérgio Gilberto Porto, pelo ex-deputado federal Ibsen Pinheiro e pelo chefe do MP, Eduardo de Lima Veiga, em atividade coordenada pelo promotor Márcio Bressani.

Masters da AMP/RS conquistam título do XI Torneio Nacional de Futebol Society do MP



Com uma performance irretocável de cinco jogos e cinco vitórias, a equipe Master da AMP/RS conquistou o XI Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. A competição foi realizada em Caldas Novas (GO) e reuniu mais de 40 integrantes do MP gaúcho.

O título chegou carregado de drama e emoção, com direito a gol decisivo do promotor de Justiça André Carvalho Leite a 10 segundos do final da prorrogação, na decisão contra o Distrito Federal. A entidade ainda conquistou o vice-campeonato na categoria Super Master e esteve representada na Força Livre, eliminada nas quartas-de-final, na disputa de tiros livres da marca do pênalti.

A conquista invicta do Master traduz-se bem nos números. Nos confrontos contra Mato Grosso do Sul, São Paulo, Tocantins, Minas e Distrito Federal, foram 17 gols marcados e apenas sete sofridos pelo time treinado por Re-

nato Lopez, o Camarão. A artilharia da categoria também ficou com a AMP/RS. O promotor Davi Lopes Rodrigues Junior, de São Pedro do Sul, fez sete gols.

Capitão das equipes Master e Força Livre, o promotor Marcelo Tubino Vieira enalteceu o espírito de superação do grupo ligado ao futebol. “Nos últimos anos, temos sofrido com pequeno número de colegas novos que simpatizam com o futebol. Os torneios, não raro, implicam vários jogos em clima quente e úmido. Apesar disso, temos um grupo ciente dessas limitações, que se mostra, a cada ano, com renovado espírito de aplicação, organizado, sincero e, sobretudo, com cumplicidade. A amizade alimenta a equipe. Prevaleceu a garra gaúcha, modulada pelo amadurecimento. Estivemos inspirados pelo grande parceiro e colega Rafael Azeredo, sempre lembrado, revertendo-se o sentimento de distância em motivação a cada um.”

Ao referir o colega morto em acidente semanas antes da competição, Tubino resumiu o sentimento do grupo, com o qual Azeredo conquistou, em 2011, o campeonato na categoria Força Livre, tendo, inclusive, marcado um dos gols da vitória na decisão. Em diferentes momentos, manifestações em memória de Rafael se repetiram. O vice-presidente da AMP/RS Sérgio Harris, que atuou pelo Master e pela Força Livre, comemorou. “Ganhar sempre é bom. Com esse grupo é melhor ainda. Cada título tem um sabor especial. Esse é dedicado ao Rafael Azeredo, nosso parceiro de fé, que certamente está muito orgulhoso de mais um campeonato”.

SUPER MASTER É VICE

Terceira colocada no torneio em 2011, a equipe Super Master chegou ao vice-campeonato. O grupo, comandado fora de campo pelo procurador de Justiça Gilberto Antônio Montanari, encarou adversários difíceis desde o início da competição, até cair, na final, para os mineiros, campeões também em 2011. “Queríamos o título, mas o resultado mostrou evolução do grupo. Podemos avançar ainda mais no futuro”.

O diretor de Esportes da Associação, Tiago de Menezes Conceição, valorizou o papel da delegação que participou do torneio. “No ano passado, tivemos a Força Livre campeã. O Master, que venceu em 2009 e foi vice em 2010, agora volta ao topo do pódio. E os colegas da Super Master chegaram ao 3º e 2º lugares, respectivamente, nos últimos dois anos. Somos competitivos em todas as categorias”, completou.



Tênis entra no circuito

Neste ano, paralelamente ao futebol, um torneio de tênis realizado no mesmo complexo desportivo reuniu dezenas de membros do MP e viu brilhar a técnica do promotor gaúcho Luís Augusto Gonçalves Costa, da comarca de Vacaria. Praticante dos 11 aos 15 anos, Costa voltou ao tênis 20 anos depois, em dezembro passado, e já conquistou o vice-campeonato na categoria livre.

Único representante do Estado, ele disputou cinco partidas, contra

colegas do Paraná, de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foram quatro vitórias, até a decisão, quando caiu diante do sul-mato-grossense Marcelo Ely. “Foi uma oportunidade muito boa para mostrar que no Ministério Público há atletas que praticam outros esportes, além do futebol. Acredito na manutenção desse torneio nos próximos anos. E o Rio Grande do Sul poderia criar competições que permitam a formação de uma delegação forte em 2013”.

O Anjo dorminhoco

MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA

Numa quinta-feira à tarde, Deus chamou o Anjo da Guarda para uma audiência.

– Sim senhor – chegou o Anjo da Guarda todo solícito, como era de seu feito. – Estou às suas ordens, senhor Deus.

– Sabe Anjo – disse-lhe Deus, – esses humanos que eu criei por vezes não são muito sensatos.

– Ah, eu percebi isso desde o início. Sempre defendi a ideia de que as girafas são muito mais sensatas que os seres humanos. Qual o problema nos causam as girafas? Nenhum.

– Pois é. Também estou começando a pensar assim – disse Deus. – De qualquer sorte, como fiz esses cretinos dos seres humanos à minha imagem e semelhança, sinto-me na obrigação de lhes dar alguma proteção. Principalmente em relação aos homens de boa vontade. Então, Anjo da Guarda, de hoje em diante, a sua missão é proteger esta gente, orientá-los para a prática da sensatez, a fim de que suas vidas sejam amenas. Para isso, use de todos os instrumentos celestiais que estiverem à sua disposição.

– Que bom – disse o Anjo da Guarda – Assim nunca mais terei monotonia.

E o assessor de Deus tratou de cumprir a sua missão. Logo viu que não seria nada fácil, pois os seres humanos praticam insensatez desde a hora que acordam até a hora em que vão dormir.

O Anjo da Guarda teve então de trabalhar vinte e quatro horas por dia, pois, enquanto é noite num lado da terra, é dia no outro. Com atividade tão intensa, ele comumente andava cansado.

E passou a cochilar. E, quando cochilava, assim ficava durante meses. Depois acordava e ficava atento durante outros tantos meses. Deus, que tinha muitas outras preocupações, como o controle da expansão do universo e a regulagem da atividade dos buracos negros, não dispunha de tempo para verificar o desempenho do Anjo da Guarda.

Ocorre que alguns diabinhos estavam sempre à espreita para ver se o Anjo da Guarda cochilava ou não. Quando percebiam que ele estava cochilando, os diabinhos aproveitavam para fazer diabruras.

Foi o que ocorreu durante a elaboração do direito positivo brasileiro. Naquela oportunidade, o Anjo da Guarda dormia a sono solto. E os diabinhos não tiveram dúvidas, passaram a fazer das suas, exercendo influência direta nas faculdades intelectuais dos legisladores e juristas brasileiros.

– Uma boa e diabólica ideia é fazer com que os delinquentes que assaltam à mão armada fiquem soltos mesmo depois de condenados, cumprindo pena num regime de faz-de-conta, ao qual daremos o nome de semiaberto, para poderem continuar assaltando à mão

armada. O que achas? – perguntou um diabinho para o outro.

– Assaltante ficar em liberdade?! Mas que ideia genial. É uma forma garantida de infernizarmos a vida de todos os brasileiros – respondeu o outro.

– Proponho também que o limite de idade para um menor ficar encarcerado seja de vinte e um anos, independente do crime que pratique.

– Mas, e se, antes dos dezoito anos, ele praticar cinco homicídios e nove estupros, por exemplo, como fica?

– Fica igual. É solto após completar vinte e um anos. Solto para fazer o que quiser. Ahahah – riu alto o diabinho.

– Solto?! Um delinquente tão perigoso? Mas não é muita sacanagem isso?!

– Sacanagem claro que é. Mas nós somos o quê? Não somos diabinhos por acaso? E tem o processo, meu amigo. Pode-se fazer muitas diabruras num processo. Vamos ser generosos nas nulidades e parcimoniosos na efetividade. E mais. Vamos criar recurso do recurso do recurso. Uma coisa assim meio sem fim, sabe? Vai ser hilário olhar de longe a loucura que se tornará o sistema judiciário dos brasileiros.

– Olha! O Anjo está acordando. Vamos embora antes que ele nos veja.

– Vamos. Mas voltaremos para o inferno com a certeza de que o Anjo da Guarda jamais poderá consertar o estrago que fizemos enquanto ele dormia.

Cresce movimento pela renegociação da dívida do Rio Grande do Sul com a União

Avançam Rio Grande adentro os debates em torno da dívida do Estado com a União. O tema já foi abordado em audiências no Interior, inseridas na agenda da campanha Dívida do RS: vamos passar a limpo essa conta!, lançada em julho, em iniciativa da AMP/RS, Ajuris e outras 67 entidades. O movimento visa a alertar para a necessidade de rediscutir o problema que, por ano, leva o Piratini a pagar cerca de R\$ 2,5 bilhões ao governo federal.

Conforme estudo do Tribunal de Contas do Estado, encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Senado e ao Ministério da Fazenda, a dívida mobiliária do Rio Grande do Sul originou-se de empréstimos contra-

ídos entre as décadas de 1970 e 1990, para suprir sucessivos déficits fiscais. Entre março de 1991 e 1997, foram emitidos títulos em substituição aos papéis que venceram. Mas os elevados custos de financiamento fizeram crescer o estoque da dívida.

Em 1998, o Estado renegociou a dívida junto ao governo federal, chegando a um valor, à época, de R\$ 10 bilhões. Desde então, já pagou R\$ 15 bilhões e ainda enfrenta saldo devedor de R\$ 40 bilhões, devido aos encargos. Em audiências com o presidente do Senado, José Sarney, e com deputados da bancada gaúcha na Câmara, o movimento mostrou o comprometimento das finanças públicas e a dificuldade para investir em áreas como saúde e segurança. Segun-



do Sérgio Harris, vice-presidente da AMP/RS que participa intensamente das discussões acerca do tema, o movimento tem grande importância para o futuro da economia e do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. “O diferencial deste movimento é que conseguimos unir diferentes setores da sociedade gaúcha em busca de um objetivo comum e justo”.

Jantar dançante festeja os 71 anos da AMP/RS e homenageia associados com 10 anos de MP

Um animado e saboroso jantar dançante marcou, no dia 19 de outubro, o aniversário de 71 anos da AMP/RS. O evento, realizado no Salão Nobre da sede campestre da entidade, homenageou, também, 73 membros da classe com 10 anos de Ministério Público.

O clima de descontração tomou conta do Salão Nobre e, em meio às animadas rodas de bate-papo, foi servido um delicioso coquetel. O cardápio da noite foi especialmente elaborado para o evento. A homenagem aos jubilados da turma de 2002 aconteceu logo após o jantar. Eles foram recebidos pela diretoria da entidade e pelos procuradores de Justiça Jacqueline Rosenfeldt e Miguel Bandeira Pereira, respectivamente corregedora-geral e subcorregedor-geral do MP na época em que o grupo ingressou na Instituição. Durante a solenidade, foram entregues mimos aos homenageados presentes.

O presidente da AMP/RS, Victor Hugo Azevedo, agradeceu a presença de todos, especialmente a do prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, e da primeira-dama, Regina Becker, dos deputados federais Vieira da Cunha e Luiz Noé, do procurador-geral, Eduardo de Lima Veiga, dos subprocuradores-gerais Ivory Coelho Neto e Marcelo Dornelles, além do corregedor-geral, Armando Antônio Lotti.



Em nome da turma de 2002, a promotora Giani Saad comparou dois momentos marcantes em sua trajetória na Instituição. “Há 10 anos, comecei o discurso de agradecimento, na nossa posse, dizendo: Promotores de Justiça é como nos chamarão. Agora, posso dizer que concretizadores do bem é o que nos tornamos perante a sociedade, tendo

adquirido uma missão de vida que se agregou à nossa existência”.

Após as homenagens, a festa ganhou a pista de dança, com o som contagiante de Claus e Vanessa, que tomou conta do salão. Na sequência, foi a vez da Banda Voga, de Santa Cruz do Sul, entrar em cena e levar a alegria até a madrugada.

Segundo semestre foi marcado por homenagens a colegas com importante contribuição para a Instituição

O segundo semestre de 2012 também foi marcado por uma série de momentos de emoção e homenagem a colegas de importante contribuição para a classe e para a Instituição do Ministério Público. Em diferentes ocasiões, membros do MP receberam da AMP/RS o carinho e o reconhecimento pelo engajamento, dedicação e parceria.

No último Almoço dos Aposentados, realizado no dia 20 de dezembro, na sede campestre da Associação, promotores e procuradores cujas turmas de ingresso completaram aniversário de 45 anos, 55 anos e 60 anos de ingresso no MP foram homenageados pela diretoria da AMP/RS. Na ocasião, a promotora Guacira Almeida Martins e o promotor de

Justiça aposentado Antônio Carlos Paiva Hornung, que na última gestão desempenharam com louvor as funções de vice-presidentes social e de aposentados, respectivamente, também receberam o carinho dos colegas. Em novembro, os colegas que se aposentam em 2012 foram lembrados pela diretoria.

Também no campo esportivo o ano deu motivos à valorização dos membros da Instituição. Em encontro no dia 15 de dezembro, atletas do futebol e do grupo de corridas e caminhadas confraternizaram na sede campestre. Foram lembradas as equipes Master, campeã do torneio nacional de futebol society de 2012; Super Master, vice-campeã nesse ano; e Força Livre, vencedora da competição em 2011. O promotor Rafael Schneider de Azeredo, recentemente falecido, teve uma placa em sua homenagem descerrada na Toca dos Campeões.



Trabalho e emoção marcam o 2012 da Associação

O ano de 2012 foi marcado por intensas atividades na AMP/RS. Nos campos institucional, esportivo e social, a entidade de classe e seus membros protagonizaram momentos de emoção e alegria, sem deixar de lado a reflexão em torno do papel do Ministério Público e o cenário para o século XXI.

Foi assim, por exemplo, com as Semanas do Ministério Público, espalhadas por todo o Estado, com o Congresso Estadual, com o jantar em comemoração aos 71 anos da Associação, com o projeto Conhecendo o MP, envolvendo centenas de estudantes gaúchos, e com o Torneio de Futebol Society do MP, em Goiás. Confira aqui imagens marcantes de alguns desses momentos.



Reeleição confirmada no voto



Jovens premiados no projeto Conhecendo o MP



Victor Hugo e Nilson Pacheco na posse da nova diretoria



Homenagem aos colegas com 10 anos de Instituição



Coquetel de posse reuniu colegas e amigos



Jantar dançante nos 71 anos da AMP/RS



O presidente e a nova geração do MP



Semanas do MP percorreram o Estado



Atletas da AMP/RS conquistam torneio de futebol society em Caldas Novas